

Austral Resseguradora S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022**

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Sumário

Relatório da Administração	3
Resumo do relatório do Comitê de Auditoria.....	5
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Balanços Patrimoniais.....	13
Demonstrações do resultado	15
Demonstrações do resultado abrangente.....	16
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstrações dos fluxos de caixa	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras	19

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A Austral Resseguradora S.A. ("Companhia") obteve aprovação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para iniciar suas operações com resseguro e retrocessão em 1º de fevereiro de 2011, por meio da Portaria SUSEP nº 3.908.

A Companhia é uma resseguradora local, que oferece, além da capacidade em resseguro, um serviço voltado à necessidade de seus clientes, com uma subscrição técnica e responsável, viabilizando eficiência na alocação de capital e o desenvolvimento do mercado, associado a uma gestão de risco constante e criteriosa.

Em 28 de abril de 2022, a AM Best, agência global de avaliação de riscos do segmento de seguros e resseguros, reafirmou o rating de Força Financeira (FSR) de B++ (Bom) e o Rating de Crédito de Longo Prazo (ICR de Longo Prazo) de "bbb+" para o Grupo Austral. A perspectiva do Grupo foi mantida como positiva.

Na avaliação da AM Best, a perspectiva positiva refletiu a melhoria na condição da força do balanço patrimonial consolidado do Grupo Austral, caracterizado pela agência como muito forte. O relatório destaca ainda o amplo programa de gerenciamento de riscos e a redução na exposição nas linhas de negócio que apresentam maior volatilidade, além da sólida estratégia de retrocessão para proteção e mitigação dos riscos que assume.

A seguir os principais números e indicadores da Austral Resseguradora, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

(Valores em milhões de reais, exceto quanto aos percentuais)

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação(%)
Prêmios Emitidos Líquidos	1.659,2	948,7	74,9%
Prêmios Ganho	1.454,5	879,4	65,4%
Sinistros Ocorridos	(1.349,4)	(669,7)	101,5%
Despesas Administrativas	(58,9)	(41,7)	41,2%
Resultado Financeiro	34,7	22,2	56,3%
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	39,5	22,2	77,9%
Patrimônio Líquido	360,7	341,9	5,5%
Índice de Despesas Administrativas	3,5%	4,4%	(0,8%)
Índice de Sinistralidade	92,8%	76,3%	16,5%
Índice Combinado	102,3%	87,4%	14,9%

Os prêmios de resseguros líquidos de comissão atingiram R\$ 1.659,2 milhões em 2022, representando um aumento de R\$ 710,5 milhões (74,9%) em relação ao exercício de 2021. Esse aumento se deu principalmente nos ramos Patrimonial, Automóvel, Responsabilidades e Aeronáuticos. Os prêmios ganhos também apresentaram um crescimento relevante quando comparados ao exercício anterior, alcançando o valor de R\$ 1.454,5 milhões, o que retrata um incremento de R\$ 575,1 milhões (65,4%) em relação ao exercício de 2021. O índice de despesas administrativas foi de 3,5% (4,4% em 31 de dezembro de 2021).

O índice de sinistralidade geral em 2022 ficou em 92,8% dos prêmios ganhos, contra 76,3% no ano anterior, impactado principalmente pelos ramos: Petróleo, Saúde, Marítimos e Habitacional.

A política de investimentos da Companhia, adequada à realidade dos seus negócios e aderente aos normativos vigentes, gerou um resultado financeiro de R\$ 34,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 22,2 milhões em 31 de dezembro de 2021), o aumento é explicado pelo desempenho dos ativos locais que contribuíram com R\$ 60,4 milhões para o resultado financeiro.

Como consequência dos fatores mencionados acima, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 39,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 22,2 milhões em 31 de dezembro de 2021). O patrimônio líquido da Companhia encerrou o exercício de 2022 em R\$ 360,7 milhões (R\$ 341,9 milhões em 31 de dezembro de 2021).

Os Administradores declaram que a Companhia possui capacidade financeira que viabiliza as perspectivas para os próximos exercícios. Ademais, declaram não haver nesse exercício qualquer título ou valor mobiliário classificado na categoria “mantidos até o vencimento”.

A Companhia possui de acordo com o seu Estatuto Social uma política de reinvestimento, onde poderá manter a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimento”, que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumento de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingência, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia.

Por fim, a Companhia, agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e às demais autoridades do setor pelo apoio e pelas orientações oferecidas ao longo deste exercício, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2023

Administração.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Aos Srs. Membros dos Conselhos de Administração da Austral Participações S.A. e da Austral Resseguradora S.A.

Rio de Janeiro - RJ

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Austral Participações S.A., instituído nos termos da regulamentação aplicável, e cuja atuação abrange a **Austral Resseguradora S.A.** (Austral Resseguradora ou “Companhia”), funciona em conformidade com o seu estatuto social da Companhia e com o regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração em suas funções de auditoria e fiscalização e manifestar-se sobre (i) a qualidade, adequabilidade e fidedignidade das demonstrações financeiras, (ii) a eficácia do sistema de controles internos, e (iii) a efetividade das auditorias interna e independente, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e políticas internas.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu, principalmente: (i) reuniões com a Alta Administração e com os principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de *compliance*; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e *compliance* e de gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações financeiras; e (vi) análise e acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Companhia para enfrentamento dos efeitos da crise gerada pelo COVID-19.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Austral Resseguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e *compliance*.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Austral Resseguradora.

O Comitê atua por meio de reuniões, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê estabeleceu com os auditores independentes canal regular de comunicação, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados, inclusive do Relatório dos Auditores Independentes que está sendo emitido nesta data. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras, e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões regulares com o Diretor-Presidente e com outros Diretores da Austral Resseguradora e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Austral Resseguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Cumpridas as suas atribuições, na forma acima descrita, o Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras da **Austral Resseguradora S.A.**, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, devidamente auditadas pela KPMG Auditores Independentes, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2023

Margo Isabel Black
Presidente

Paulo Pereira Ferreira

Membro

Leonardo de Assis Portugal

Membro

Paulo Roberto Batista Machado

Membro



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da

Austral Resseguradora S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Austral Resseguradora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Austral Resseguradora S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Provisões técnicas de resseguros e ativos de retrocessão

Veja as Notas 3.4, 3.8 e 13 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia realiza o teste de adequação de passivos e possui as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de resseguros: Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR") e Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE"), além das respectivas recuperações ativas de retrocessão relativas a essas provisões técnicas. Tais provisões técnicas, seus respectivos ativos de retrocessão, bem como o teste de adequação de passivos, efetuado com base em métodos estatísticos e atuariais, requerem julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, percentuais estimados dos contratos de resseguros, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas de juros. Devido à relevância dessas provisões técnicas, dos ativos de retrocessão, e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.	Com base em amostragem, nossos procedimentos de auditoria das provisões técnicas de resseguros e ativos de retrocessão incluíram, entre outros: - avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados com os processos de determinação e mensuração da Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), da Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE") e do teste de adequação dos passivos. - com o suporte técnico de nossos especialistas da área atuarial, avaliamos as metodologias, a consistência das bases de dados e as premissas utilizadas nos cálculos atuariais, tais como expectativa de sinistros, percentuais estimados dos contratos de resseguros, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas de juros, utilizadas na mensuração da IBNR, PPNG – RVNE e do teste de adequação dos passivos e avaliamos se o nível de provisionamento atual da Companhia encontra-se dentro de um intervalo aceitável, bem como efetuamos, com base em amostragem, recálculo independente das referidas provisões, e do teste de adequação dos passivos. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

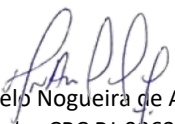
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-036312/O-6

Balanços Patrimoniais

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		2.392.791	1.605.781
Disponível		33.368	19.786
Aplicações financeiras	5	444.265	230.791
Créditos das operações com resseguros	7	825.908	656.123
Operações com seguradoras		694.014	511.005
Operações com resseguradoras		131.894	145.118
Ativos de resseguro e retrocessão	13	1.034.390	648.201
Títulos e créditos a receber	8	26.557	30.012
Títulos e créditos a receber		9.243	5.886
Créditos tributários e previdenciários		16.826	23.859
Outros créditos		488	267
Outros valores e bens		6.689	3.413
Despesas antecipadas		140	271
Custos de aquisição diferidos	9	21.474	17.184
Não circulante		494.139	587.113
Realizável a longo prazo		477.045	570.558
Aplicações financeiras	5	334.056	440.160
Créditos das operações com resseguros	7	12.100	18.785
Operações com seguradoras		12.100	12.436
Operações com resseguradoras		-	6.349
Ativos de resseguro e retrocessão	13	70.443	53.617
Títulos e créditos a receber	8	52.944	50.747
Custos de aquisição diferidos	9	2.694	1.853
Outros valores e bens		4.808	5.396
Imobilizado		1.395	788
Intangível	10	15.699	15.767
Total do ativo		2.886.930	2.192.894

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Passivo	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		2.381.746	1.744.036
Contas a pagar		16.884	27.229
Obrigações a pagar		10.156	18.388
Impostos e encargos sociais a recolher		3.693	2.626
Encargos trabalhistas		1.721	1.616
Impostos e contribuições		1.312	4.599
Outras contas a pagar		2	-
Débitos das operações com resseguros		503.110	383.019
Prêmio a restituir		4.794	20.636
Operações com seguradoras		6.467	3.045
Operações com resseguradoras	11	458.679	331.966
Corretores de seguros e resseguros		27.530	22.961
Outros débitos operacionais		5.640	4.411
Depósito de terceiros	12	42.565	47.114
Provisões técnicas	13	1.817.301	1.285.217
Outros débitos		1.886	1.457
Débitos diversos		1.886	1.457
Não circulante		144.496	106.884
Débitos das operações com resseguros		12.292	13.152
Operações com resseguradoras	11	12.048	12.980
Corretores de seguros e resseguros		244	172
Provisões técnicas	13	128.446	88.988
Outros débitos		3.758	4.744
Patrimônio líquido	16	360.688	341.974
Capital social		338.669	251.763
Aumento capital social (em Aprovação)		-	86.906
Reserva de capital		4.934	2.072
Reserva de lucros		29.722	7.250
Ajuste de avaliação patrimonial		(12.637)	(6.017)
Total do passivo e patrimônio líquido		2.886.930	2.192.894

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro/prejuízo por lote de mil ações - em reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitidos		1.659.159	948.714
Variações das provisões técnicas		(204.615)	(69.282)
Prêmios ganhos	21/22.a	1.454.544	879.432
Sinistros ocorridos	22.b	(1.349.440)	(669.729)
Custos de aquisição	22.c	(36.762)	(28.343)
Outras receitas e despesas operacionais	22.d	(18.649)	(14.055)
Resultado com retrocessão	22.e	42.505	(111.739)
Despesas administrativas	22.f	(58.921)	(41.682)
Despesas com tributos	22.g	(23.638)	(14.632)
Resultado financeiro	22.h	34.689	22.207
Receitas financeiras		393.036	217.370
Despesas financeiras		(358.347)	(195.163)
Resultado patrimonial		17.000	15.300
Perda com ativos não correntes		10	-
(=) Resultado antes dos impostos e participações		61.338	36.759
Imposto de renda	19	(8.999)	(4.682)
Contribuição social	19	(6.046)	(3.855)
Participações sobre o lucro		(6.821)	(5.987)
(=) Lucro líquido do exercício		39.472	22.235
Quantidade de ações		313.597.651	313.597.651
Prejuízo por lote de mil ações - em reais	20	0,1258	0,0709

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício		39.472	22.235
Ativos financeiros disponíveis para venda		(6.620)	(8.354)
Variação valor justo ativos financeiros disponíveis para venda	5.c	(11.020)	(13.922)
Efeito do imposto de renda e contribuição social	8.b	4.400	5.568
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido dos impostos		(6.620)	(8.354)
Total de resultados abrangentes do exercício		32.852	13.881

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital social (em aprovação)	Reserva de capital	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
				Reserva legal	Outras reservas de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	251.763	-	105.176	-	-	2.337	(28.321)	330.955
Aumento de capital social	-	86.906	-	-	-	-	-	86.906
Resgate de ações reservas de capital	-	-	(75.000)	-	-	-	-	(75.000)
Compensação prejuízos acumulados com reservas de capital	-	-	(28.104)	-	-	-	28.104	-
Perdas não realizadas nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(8.354)	-	(8.354)
Incorporação Re Especiais	-	-	-	-	-	-	532	532
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	22.235	22.235
Proposta para distribuição do resultado								
Distribuição Juros Sobre Capital Próprio (Nota 16 d)	-	-	-	-	-	-	(15.300)	(15.300)
Constituição Reserva Legal (Nota 16 d)	-	-	-	1.128	-	-	(1.128)	-
Constituição de Reserva de Lucro Estatutária (Nota 16 d)	-	-	-	-	6.122	-	(6.122)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	251.763	86.906	2.072	1.128	6.122	(6.017)	-	341.974
Saldos em 31 de dezembro de 2021	251.763	86.906	2.072	1.128	6.122	(6.017)	-	341.974
Aumento de capital social (aprovado conforme portaria Susep nº 7.941)	86.906	(86.906)	-	-	-	-	-	-
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(6.620)	-	(6.620)
Incentivo baseado em ações	-	-	2.862	-	-	-	-	2.862
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	39.472	39.472
Proposta para distribuição do resultado								
Distribuição Juros Sobre Capital Próprio (Nota 16 d)	-	-	-	-	-	-	(17.000)	(17.000)
Constituição Reserva Legal (Nota 16 d)	-	-	-	1.974	-	-	(1.974)	-
Constituição de Reserva de Lucro Estatutária (Nota 16 d)	-	-	-	-	20.498	-	(20.498)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	338.669	-	4.934	3.102	26.620	(12.637)	-	360.688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	39.472	22.235
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	3.477	2.001
Perda de valor recuperável	1.177	(168)
Provisões técnicas líquidas de ativos de retrocessão	184.570	704.689
Outros ajustes	(336)	778
	228.360	729.535
Variações nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(112.347)	(44.593)
Créditos das operações com resseguros	(165.123)	(36.464)
Títulos e créditos a receber	(3.377)	(165)
Custos de aquisição diferidos	(5.132)	(4.507)
Impostos e contribuições	7.033	(2.151)
Outros créditos	(3.365)	(2.951)
Débitos de operações com resseguros	120.075	35.797
Contas a pagar	21.440	13.772
Depósitos de terceiros	(4.550)	30.336
Outros passivos	-	(225)
Sinistros pagos	(16.043)	(634.708)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(19.883)	(5.894)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	47.088	77.782
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(922)	(357)
Aquisição de intangível	(1.364)	(1.153)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(2.286)	(1.510)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital social - Incorporação (em aprovação)	-	380
Resgate de ações	-	(75.000)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(28.900)	(3.400)
Arrendamento	(2.320)	(1.121)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(31.220)	(79.141)
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	13.582	(2.869)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.786	22.655
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	33.368	19.786

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Austral Resseguradora S.A. ("Companhia"), com sede no Brasil e matriz localizada na Avenida Bartolomeu Mitre, 336 - 3º andar, Leblon, na cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade de capital fechado e tem por objeto a exploração de operações de resseguros e retrocessão em todos os ramos de seguros, conforme definidos na legislação vigente, em todo o território nacional, podendo participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Em 26 de novembro de 2021, a Austral Participações II S.A., detentora de 76,65% das ações da Companhia, foi incorporada pela Austral Participações S.A., a qual passou a ser detentora da totalidade das ações da Companhia.

1.1. Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia opera com resseguros nas modalidades automático e facultativo, tanto proporcionais, quanto não-proporcionais. A atuação ocorre em praticamente todas as linhas de negócio, com riscos pulverizados nos mercados nacional e internacional com foco na América Latina, onde conta com seu escritório em Bogotá, Colômbia.

Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outro, total ou parcialmente, um risco assumido através da emissão de uma apólice ou um conjunto delas. Dessa forma, reduz-se a responsabilidade na aceitação de um risco considerado excessivo, cedendo a outro uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa manter a solvência dos seguradores, através da diluição dos riscos, quando há a possibilidade de grande sinistralidade, como na ocorrência de grandes tragédias, por exemplo. Em alguns casos, por força de contrato ou regulação, o resseguro passa a ser obrigatório.

A Companhia opera em praticamente todas as linhas de negócio com contratos automáticos e facultativos:

- Contrato Automático – São operações de resseguro nas quais a cedente cede ao ressegurador uma carteira de riscos ou apólices, podendo a cedente subscrever essas apólices de forma automática de acordo com regras, condições e prazos previamente estabelecidos em contrato.
- Resseguro Facultativo – São operações de resseguro nas quais a cedente cede ao ressegurador uma parcela dos riscos ou apólices individualmente, ou seja, caso a caso. Desta forma, o ressegurador terá a faculdade de analisar e aceitar cada risco ou apólice de forma individual.

Dentre os contratos automáticos, a Companhia atua tanto com contratos proporcionais (principalmente contratos de cota-parte ou de excedente de responsabilidade), como com contratos não proporcionais (principalmente excesso de Danos, mas também com alguns contratos de *Stop Loss*).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

As principais linhas de negócio de resseguros com atuação da Companhia são listadas a seguir:

i. Patrimonial (property e engenharia)

Refere-se a cobertura de danos suscetíveis a avaliação financeira objetiva. Subdivide-se em danos emergentes, definidos como aquilo que o patrimônio do prejudicado efetivamente perdeu (abrangem os danos materiais e os prejuízos financeiros), e em perdas financeiras, definidas como redução ou eliminação de expectativa de aumento do patrimônio.

É a principal linha de negócio da Companhia, principalmente para contratos automáticos no Brasil e na América Latina.

ii. Marine & Energy

O Seguro Marítimo ("Marine") tem por finalidade garantir indenizações por perdas ou danos a embarcações e seus acessórios, bem como às mercadorias nelas embarcadas, frete, lucro esperado ou quaisquer outros interesses que possam ser monetariamente mensurados. A cobertura estende-se a qualquer tipo de modalidade de navegação, seja ela em águas marítimas, fluviais ou lacustres.

O Seguro de Riscos de Petróleo ("Energy") garante cobertura para bens, equipamentos e responsabilidade civil, decorrente dos riscos ligados às operações de prospecção, perfuração e produção de petróleo e/ou gás, em terra ("on shore") e no mar ("offshore").

iii. Responsabilidade Civil (casualty)

As principais linhas consideradas nesse segmento são: Responsabilidade Civil Geral e Responsabilidade Civil Proporcional – E&O e D&O.

Responsabilidade Civil é a obrigação legal de reparar danos, imposta àquele que pelos mesmos for responsável. O Seguro de Responsabilidade Civil garante ao segurado, responsável por danos causados a terceiros, o pagamento e/ou reembolso das reparações que for condenado a pagar, atendidas as disposições do contrato, além do reembolso de despesas emergenciais efetuadas para tentar evitar e/ou minorar os danos.

iv. Garantia (surety bonds)

O Seguro Garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado.

A Companhia opera apenas com contratos automáticos nesta linha de negócio. Atualmente as principais modalidades são Garantia Judicial (principalmente no Brasil), Garantia de Performance e Fiança Locatícia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

v. Automóvel

A Companhia opera com alguns contratos de resseguro para automóveis no país, principalmente com cedentes (seguradoras) pequenas e médias, que desejam reduzir sua volatilidade ou obter um alívio na necessidade de capital regulatório.

vi. Aeronáutico

Trata-se de uma linha de negócio altamente especializada, onde a Companhia atua, no Brasil e na América Latina, em parceria com uma agência de subscrição de riscos terceirizada, a qual, acreditamos, detém expertise e histórico no segmento.

vii. Outras linhas de Property & Casualty

Contratos automáticos de riscos diversos, riscos de segurança cibernética, e outras linhas eventuais, buscando manter níveis confortáveis de retrocessão. Em negócios facultativos, a Companhia também participa de negócios de transporte de valores, linha na qual possui boa experiência e capacidade de análise.

viii. Pessoas (vida e acidentes pessoais)

Contratos automáticos de vida e acidentes pessoais e alguns riscos facultativos de vida em grupo (quando os grupos são grandes, os modelos de precificação se assemelham muito aos aplicáveis aos contratos automáticos).

A atuação da Companhia em resseguros de ramos de pessoas engloba tanto a proteção de carteiras existentes das seguradoras quanto o auxílio na criação de novos produtos ou coberturas.

Estes seguros têm por objetivo garantir o pagamento de indenização, observadas as condições contratuais e as garantias contratadas. São exemplos de seguros de pessoas: Seguro de Vida, Seguro Funeral, Seguro de Acidentes Pessoais, Seguro Educacional, Seguro Prestamista, Seguro de Diária por Internação Hospitalar, Seguro Desemprego (perda de renda).

Os Seguros de Pessoas podem ser contratados de forma individual ou coletiva. Nos seguros coletivos, os segurados aderem a uma apólice contratada por um estipulante, que tem poderes de representação dos segurados perante a seguradora, nos termos da regulamentação vigente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações, da Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, dos pronunciamentos técnicos, das orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Pronunciamentos Contábeis - CPC, do Comitê de Pronunciamentos Atuariais - CPA, quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”.

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho da Companhia em 27 de fevereiro de 2023.

2.1. Base de mensuração

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras estão expressos em reais - (R\$), e foram arredondados para milhares de reais (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma. Essas demonstrações foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos passivos de arrendamento, que foram reconhecidos pelo valor presente das obrigações, e dos seguintes itens, que foram reconhecidos no balanço patrimonial a valor justo:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 7); e
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo (nota 7).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira foram convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação ou do dia útil imediatamente anterior. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações foram reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento no exterior. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço e as diferenças decorrentes da conversão foram lançadas diretamente contra o resultado do exercício.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão resumidas a seguir:

3.1. Disponível

Refere-se ao dinheiro em caixa e saldos positivos em contas corrente, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e se referem a recursos utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia aplica a norma CPC 38 – Instrumentos financeiros (IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*) e contabiliza seus instrumentos financeiros, como descrito a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

- **Derivativos**

Trata-se de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção de riscos associados com a variação das taxas de juros e taxas de câmbio. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 – Brasil, Bolsa Balcão.

Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para a valorização dos instrumentos financeiros derivativos, são usadas cotações de preço de mercado para determinar o valor justo desses instrumentos. O valor justo dos contratos de futuro é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa.

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. A Companhia tem sua carteira administrada pela Vinci Gestora de Recursos Ltda e seus ativos são registrados contabilmente pelo valor justo com base na marcação de preços em mercado ativo.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço conforme informado pelos Administradores dos respectivos fundos de investimento. O valor de mercado dos fundos listados em carteira foi obtido a partir do preço negociado na B3.

- **Disponíveis para venda**

São classificados nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são mensurados pelo valor justo e as variações que não sejam decorrentes de perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

- **Recebíveis**

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses da data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, resseguros e retrocessão, tais como saldo de prêmios a receber, são classificados nesta categoria e são mensurados, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado, deduzido da provisão de redução ao valor recuperável - *impairment*.

- **Reconhecimento e mensuração inicial**

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (exceto contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação.

- **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.3. Custos de aquisição diferidos

As despesas de comissão de resseguro são registradas quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de resseguro relacionado.

3.4. Ativos e passivos de resseguro e retrocessão

Os ativos de retrocessão são representados por valores a receber de resseguradores para os quais a Companhia tenha transferido parte de sua exposição, carteira ou negócios, sendo registrados no curto e longo prazos dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos retrocessionários. Os ativos de retrocessão são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro ou retrocessão, e de acordo com os termos e condições de cada contrato de resseguro. Os passivos a serem pagos aos resseguradores e retrocessionários são compostos, substancialmente, por prêmios a pagar em contratos de resseguros e retrocessão.

A Companhia analisa a recuperação dos ativos de retrocessão regularmente, e, no mínimo, a cada data de reporte, com base em estudo específico, em linha com as determinações da Circular SUSEP nº 648/21. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, reduz o valor contábil do ativo de retrocessão ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do exercício.

A Companhia utilizou as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e pelo CPC 11 / IFRS 4 - Contratos de Seguros, para avaliação das suas operações e constituição das provisões técnicas para garantia de seus contratos de retrocessão, aplicando regras e procedimentos para mensuração e acompanhamento de seus contratos de resseguros e retrocessão.

3.5. Salvados e ressarcimentos

Para as operações de resseguros, a Companhia apresenta metodologia para constituir estimativa de recebimento de salvados e ressarcimentos em nota técnica atuarial, sendo esta contabilização um redutor das provisões de sinistros. A estimativa corresponde exclusivamente à expectativa de recebimento de salvados e ressarcimentos junto aos segurados de sinistros ainda não pagos.

Adicionalmente, não são considerados como redutor das provisões de sinistros a expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos relativa aos sinistros já liquidados, sendo, nesse caso, registrada no ativo. No caso de liquidação parcial, a expectativa de recebimento está limitada ao valor da parcela do sinistro correspondente ainda pendente de pagamento.

Os valores de salvados e ressarcimentos provenientes das operações de resseguros são reconhecidos no balanço de acordo com os valores informados diretamente pela cedente.

3.6. Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

3.7. Intangível

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimentos implementados em softwares de terceiros que são diretamente usados pela Companhia são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos incorridos no desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento inicialmente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada. Caso haja indicativo de perda de valor recuperável, testes de *impairment* são aplicados, a fim de indicar eventuais necessidades de ajuste do valor do ativo intangível.

3.8. Provisões técnicas

As provisões técnicas para garantia dos contratos de resseguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades seguradoras e resseguradoras e estão de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e CPC 11/IFRS 4 – Contratos de Seguro.

Todas as metodologias adotadas para cálculo das provisões técnicas apresentam descrição em nota técnica atuarial desenvolvida pelo atuário responsável técnico.

- **Provisão de prêmios não ganhos – PPNG**

É constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base do cálculo, contemplando a estimativa para contratos vigentes e não emitidos.

Para cálculo da parcela de riscos vigentes já emitidos, utilizam-se metodologias diferenciadas para cada tipo de contrato de resseguro, em linha com as normas e orientações e com a exposição ao risco de cada contrato e obedecidos os critérios estabelecidos em legislação vigente.

Estima-se o total de provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes e não emitidos para os contratos facultativos e não proporcionais a partir da utilização das taxas médias de atraso históricas verificadas na carteira. Para o cálculo desta parcela, aplicam-se os fatores de atraso médio subjetivamente selecionados sobre a provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes emitidos, da data-base correspondente, de forma que qualquer inconsistência verificada nos testes de consistência da provisão para os meses anteriores seja mais rapidamente ajustada à provisão.

Em relação à parcela de provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos de contratos proporcionais, realiza-se o diferimento uma vez consideradas as características atreladas aos riscos dos respectivos prêmios proporcionais lançados, uma vez que esses são apurados a partir dos prêmios efetivos, informados nas contas técnicas, e dos prêmios estimados dos contratos.

- **Provisão de sinistros a liquidar – PSL**

Corresponde à melhor estimativa dos valores de sinistros administrativos e judiciais que serão indenizados, considerando suas posições mais recentes conforme atualização da cedente e análises internas. Os valores que constituem a provisão de sinistros a liquidar contemplam as atualizações monetárias dos sinistros e todas as expectativas de salvados e ressarcimentos relacionados.

- **Provisão de sinistros ocorridos e não avisados – IBNR**

A provisão de IBNR, consiste na melhor estimativa atuarial do montante de sinistros administrativos e judiciais já ocorridos, mas ainda não reportados à Companhia até a data-base de cálculo.

A Companhia estima sua provisão utilizando metodologia própria de desenvolvimento de sinistros através dos métodos de Chain Ladder e Bornhuetter-Ferguson, e analisa a aderência da estimativa via testes de consistências mensais. Apenas para contratos específicos, a Companhia utiliza metodologia de sinistralidade esperada na apuração de reserva de IBNR.

A Companhia avalia suas provisões regularmente de forma a adaptar seu modelo para suas diferentes linhas de negócio, sendo este devidamente descrito em Nota Técnica Atuarial.

- **Provisão de despesas relacionadas – PDR**

É constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

- **Provisão de excedente técnico – PET**

A provisão de excedente técnico tem como objetivo provisionar os valores devidos pela Companhia, de acordo com o resultado dos contratos que apresentam cláusula de participação nos lucros, no *claim bonus* ou cláusula de comissão escalonada (*sliding scale*).

A provisão de excedente técnico é realizada por contrato, de acordo com critérios específicos previamente definidos entre as partes, e ajustada ou revertida à medida que os valores provisionados são efetivamente liquidados.

- **Teste de adequação de passivo – TAP**

Em cada data de balanço (semestralmente), a Companhia avalia as obrigações decorrentes dos contratos de seguros, resseguro e retrocessão, vigentes na data-base através do teste de adequação de passivos. O teste de adequação de passivo é realizado, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais, aplicando metodologias correspondentes às parcelas do passivo a fim de obter a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros projetados. As estimativas dos fluxos de caixa são preparadas em diversas moedas além do Real e Dólar. Especificamente para operações em moeda nacional, utiliza-se a ETTJ (Estrutura a Termo das Taxas de Juros – evolução das taxas pagas sobre investimentos em renda fixa no Brasil) livre de risco pré-fixada da Associação Brasileira de Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais – AMBIMA disponibilizada pelo site da SUSEP para as estimativas dos fluxos de caixa em valores nominais. Do mesmo modo, para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em dólar, utiliza-se a curva de cupom cambial disponibilizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Uma vez que a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP não disponibiliza curvas específicas para as demais moedas em que a Companhia opera, a Companhia estimou uma curva para cada moeda individualmente, de forma que todos os fluxos fossem trazidos a valor presente a partir da aplicação da curva de desconto específica referente à sua respectiva moeda de emissão.

As premissas de sinistralidade utilizadas para projeção de sinistros futuros oriundos dos negócios vigentes na data-base do estudo têm como base uma análise criteriosa da carteira e resultados históricos internos e de mercado em cada linha de negócio. O fluxo de despesas relacionadas aos sinistros futuros é resultado da análise de métricas de percentuais históricos. É projetado nesse estudo um fluxo de despesas administrativas para manutenção dos negócios vigentes até o término da obrigação.

Em resumo, o resultado do teste de adequação de passivo indicou que as provisões constituídas deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro vigentes.

Além disso, a comparação entre a provisão de prêmios não ganhos constituída, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados, com o valor presente dos fluxos de sinistros a ocorrer da Companhia, não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura.

3.9. Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos deduzidos de quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

A Companhia utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes aplicados individualmente a cada contrato de acordo com as estimativas projetadas como prazo de arrendamento.

3.10. Provisões para ações judiciais

As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelo departamento jurídico interno e pela assessoria jurídica externa, dos processos judiciais em curso com provável desembolso futuro. As alterações de estimativas dos processos e os honorários de sucumbência são registradas respectivamente nas linhas de indenizações avisadas e despesas de sinistros, e as atualizações monetárias no resultado financeiro.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.11. Benefícios a empregados

- **Pós emprego e convencionais**

A Companhia não possui benefícios na modalidade pós-emprego, mantendo apenas os benefícios previstos nas convenções coletivas sindicais tais como o plano para participação nos lucros - PLR, o qual está vinculado a atingimento de metas globais, departamentais e individuais que são estabelecidas e acordadas para cada exercício.

- **Plano de incentivo baseado em ações**

Os incentivos baseados em ações são mensurados e reconhecidos a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do exercício em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o beneficiário adquire o direito completo à ação (data de aquisição).

3.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As provisões para imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são feitas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras.

Em setembro de 2022 foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 14.446/2022, objeto de conversão da Medida Provisória nº 1.115/2022, que majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para 16% no período de agosto a dezembro de 2022.

As estimativas de realização dos impostos diferidos calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa existentes em 31 de dezembro de 2022, são reconhecidas de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudos e projeções da Administração.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. As diferenças temporárias são utilizadas para reduzir ou aumentar lucros tributários futuros.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro, lançados pela mesma autoridade tributária. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos oriundos de diferenças temporárias foram constituídos com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras.

3.13. Redução ao valor recuperável

- **Recebíveis**

A Companhia avalia periodicamente se há evidências de risco de inadimplência nos valores de prêmios a receber, ressarcimentos e sinistros a recuperar através de uma análise individualizada dos contratos vencidos acima de 180 dias. A metodologia empregada para determinar o risco considera o prazo de vencimento, o fluxo de pagamentos da contraparte, a qualidade do seu score de crédito e informações fornecidos pelas cedentes, histórico de perdas e provisões de sinistros a liquidar que possibilitem compensação de contas. Se, em períodos subsequentes, houver redução da provisão do valor recuperável, o montante da redução é reconhecido no resultado.

- **Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda**

Nas datas das demonstrações financeiras, os ativos financeiros disponíveis para venda, significativos ou não, são avaliados quanto à possibilidade de perda de valor recuperável. Havendo evidência objetiva de perda no valor recuperável em decorrência de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo e se esse evento (ou eventos) de perda tiver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser confiavelmente estimado, o montante da redução é reconhecido no resultado.

- **Outros ativos**

Quando há evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

3.14. Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera:

- **Prêmios e comissões**

Os prêmios de resseguros são contabilizados e reconhecidos no resultado com base na vigência e emissão dos contratos.

Os prêmios de resseguros e as despesas de comercialização oriundos de facultativos e não proporcionais são registrados no momento da aceitação do contrato ou no início de vigência, o que ocorrer primeiro, sendo a parcela de prêmio ganho reconhecida no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

Para os contratos proporcionais, o prêmio efetivamente cedido ao ressegurador é reconhecido em data posterior ao início de vigência do contrato, conforme emissão da cedente. Assim, a emissão do prêmio e das despesas de comercialização pela Companhia são realizadas uniformemente ao longo da vigência do contrato, utilizando o prêmio estimado informado pela cedente no momento da aceitação do mesmo, salvo quando é divulgada alguma sazonalidade de emissão de prêmios da cedente. A Companhia pode aplicar um fator de corte nos valores estimados de prêmios, de acordo com estudo interno elaborado. Além disso, os prêmios estimados já reconhecidos são ajustados à medida que os prêmios efetivos são informados.

Os prêmios relativos aos contratos de retrocessão cedida são registrados como prêmios cedidos e diferidos e apropriados por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos, conforme metodologia descrita em nota técnica atuarial. Os prêmios de resseguros e retrocessão e as correspondentes despesas de comercialização são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

- **Sinistros**

Os sinistros de resseguros e de retrocessões compreendem as indenizações e todas as despesas estimadas a incorrer na sua regulação e liquidação.

3.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados diferentes em períodos subsequentes.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

- Valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (nota 5);
- Crédito das operações com resseguros - Redução do valor recuperável (nota 7);
- Avaliação de ativos e passivos de contratos de seguros, resseguro e retrocessão (nota 4);
- Créditos tributários (nota 8.b);
- Custos de comercialização diferidos (nota 9);
- Salvados e ressarcimentos – Redução do valor recuperável (nota 8.1.a);
- Provisões judiciais (nota 15); e
- Provisões técnicas (nota 13).

3.16. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao apreciar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras.

3.17. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício, excluindo quaisquer ações em tesouraria que tenham sido objeto de recompra durante o exercício.

O objetivo do resultado diluído por ação é fornecer uma medida da participação de cada ação ordinária e preferencial no desempenho e, ao mesmo tempo, refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante o exercício.

O cálculo da média ponderada das ações ordinárias, considera:

- Quantidade de ações em circulação (líquida das ações em tesouraria); e
- Opções de ações exercíveis.

3.18. Normas, interpretações e orientações novas e revisadas

As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022 e não tiveram impacto material nos montantes divulgados ou nas respectivas divulgações no período atual nem em períodos anteriores:

- Alterações à IAS 16 – Imobilizado – Receitas;
- Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos; e
- Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (CPC 37 R1).

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro 2022:

- O CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros foi emitido em dezembro de 2016 e é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. O CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A IFRS 9 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 1º de janeiro de 2023; e
- O CPC 50 / IFRS 17 - Contratos de Seguros foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a aplicação antecipada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

A Companhia cumpriu os critérios relevantes e aplicou a isenção temporária da CPC 48 / IFRS 9 para o exercício atual. Consequentemente, a Companhia aplicará a IFRS 9 e IFRS 17 assim que for exigido.

Os normativos acima serão aplicáveis quando adotados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

A Companhia não concluiu suas análises sobre os impactos dos IFRS supracitados.

Adicionalmente, a seguinte norma não deverá ter um impacto material nas Demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações.

- Estrutura conceitual para relatório financeiro – CPC 00 (R2).

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) que ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes às novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro

A Companhia adota como definição da estrutura de gestão de risco o conjunto de componentes que fornecem os fundamentos e os arranjos organizacionais que possibilitem: a concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos através de toda organização.

Os procedimentos de gestão de risco têm como base as melhores práticas definidas no *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO e Enterprise Risk Management – ERM*, em sua versão 2017, cujas etapas de avaliação do ambiente de controle; avaliação de riscos; atividades de controle; atividades de monitoramento; e informação e comunicação são realizadas levando em consideração a natureza, escala e complexidade de nossas operações. O COSO é reconhecido como uma referência internacional no tema e esta versão vem ao encontro das melhores práticas, alinhando o gerenciamento de risco com a estratégia da Companhia.

A Companhia também utiliza o conceito de três linhas de defesa, recém atualizado pelo Instituto de Auditores Internos – IIA, a fim de determinar papéis, responsabilidades e governança dentro de todo o processo de gestão de risco.

A gestão de risco possui relação direta com os objetivos da Companhia, impactando nas estratégias de negócios, na definição de seus controles operacionais internos e na busca da excelência na gestão empresarial.

Os prêmios emitidos por região, são distribuídos da seguinte forma:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Região	31/12/2022	31/12/2021
Internacional	2.437	12.157
América Latina (ex. Brasil)	295.507	241.939
Brasil	1.555.004	840.396
Total (*)	1.852.948	1.094.492

* Montantes brutos sem RVNE.

a) Gestão de risco de Subscrição

Um dos principais riscos nas operações de seguros e resseguros é a possibilidade das condições de aceitação estabelecidas para um determinado risco serem inadequadas diante das responsabilidades efetivamente assumidas ou das provisões técnicas se mostrarem insuficientes. Um dos fatores de risco associado de maior relevância é a frustração de expectativas quanto a frequência e/ou valores a pagar de sinistros, o que implicaria em possível insuficiência dos prêmios e/ou provisões para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas frente aos clientes e/ou no incremento da constituição de reservas a fim de que os valores provisionados sejam suficientes para cobertura destas obrigações.

A Companhia adquire retrocessão como parte do seu programa para redução de volatilidade e ampliação de capacidade. A retrocessão cedida é colocada em bases proporcionais e não proporcionais. Na retrocessão proporcional, os riscos (prêmios e sinistros) são cedidos na mesma proporcionalidade. Para as retrocessões não proporcionais, as retrocessionárias se comprometem a indenizar o valor do sinistro que excede um determinado limite (prioridade) contratualmente acordado, minimizando assim a perda. Valores a recuperar junto às retrocessionárias estão estimados de forma consistente em todas as provisões técnicas, de acordo com os contratos de retrocessão.

Para a gestão dos riscos de subscrição de resseguros, a Companhia mantém políticas, diretrizes e procedimentos operacionais para avaliação de subscrição de riscos direcionadas para cada um dos grupos de ramos em que opera. A política de subscrição norteia a tomada de decisões e as ações e os procedimentos adotados para avaliação de riscos a serem subscritos. Os parâmetros adotados para a elaboração de orçamento e definição das metas (produção, comissionamento, sinistralidade, resultado, entre outros) levam em consideração as premissas de gestão de risco e, portanto, são atingíveis, sustentáveis e condizentes com a estrutura e capital e visam a geração de lucros estáveis e contínuos. Além disso, a diversificação da carteira, bem como o monitoramento constante desta e do mercado para eventuais ajustes faz parte da estratégia de mitigação dos riscos de subscrição.

A Companhia subscreve riscos em diversos grupos de ramos, considerando os fatores técnicos de cada ramo e contrato. A política de subscrição é suportada pelas diretrizes de subscrição de riscos da carteira, procedimentos de subscrição e pelo regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados, periodicamente revisados e devidamente divulgados a todos os envolvidos. Para fins de precificação dos riscos da carteira, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis e que respeitem as rentabilidades mínimas estabelecidas pela Companhia, são adotadas ferramentas de

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

precificação atualizadas periodicamente e que fazem uso das melhores práticas de modelagens, consolidadas na comunidade atuarial. Dentre as principais metodologias de precificação encontram-se: avaliação histórica de resultado, análise de atrito e severidade de sinistro, exposição, perfil, rentabilidade e experiência.

Análise de sensibilidade

Para a realização da análise de sensibilidade da sinistralidade, adotou-se como premissa o agravamento de 10% em relação a sinistralidade incorrida por ramo no ano corrente. Adicionalmente, para todos os grupamentos em que a sinistralidade for negativa para o exercício em questão, foi utilizada a premissa de sinistralidade igual a 10% para fins de análise.

As tabelas abaixo apresentam os valores de variação dos sinistros ocorridos brutos e líquidos de retrocessão, considerando as seguintes sinistralidades para cada ramo de atuação:

	31/12/2022		
	Base	Cenário 10,0%	Impacto
Efeitos brutos de retrocessão			
Patrimônio líquido	360.688	289.720	(70.968)
Lucro líquido do exercício	39.472	(31.496)	(70.968)
Impacto (%) no resultado do exercício			(179,79%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(19,68%)
Efeitos líquidos de retrocessão			
Patrimônio líquido	360.688	316.650	(44.038)
Lucro líquido do exercício	39.472	(4.566)	(44.038)
Impacto (%) no resultado do exercício			(111,57%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(12,21%)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

			31/12/2021
	Base	Cenário 10,0%	Impacto
Efeitos brutos de retrocessão			
Patrimônio líquido	341.974	284.529	(57.445)
Lucro líquido do exercício	22.235	(35.210)	(57.445)
Impacto (%) no resultado do exercício			(258,35%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(16,80%)
Efeitos líquidos de retrocessão			
Patrimônio líquido	341.974	319.068	(22.909)
Lucro líquido do exercício	22.235	(674)	(22.909)
Impacto (%) no resultado do exercício			(103,03%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(6,70%)

b) Gestão de riscos financeiros

A política de investimentos da Companhia define as diretrizes para a alocação dos recursos em títulos e valores mobiliários, bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos.

Os investimentos são pautados em análises de cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras.

Em suas decisões de investimento, a Companhia considera a necessidade de caixa e o gerenciamento dos seus ativos e passivos, seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos realizados. A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada diariamente através de análise e monitoramento da carteira.

O comitê de investimentos da Companhia, se reúne com frequência para analisar a performance da carteira, discutir cenários prospectivos e, com isso, definir as linhas gerais para alocação dos investimentos.

Os riscos financeiros podem ser divididos em quatro categorias de risco principais: mercado, crédito, liquidez e cambial. As informações a seguir serão apresentadas conforme cada categoria mencionada.

1) Risco de Mercado

É definido como a possibilidade de perdas resultantes da variação de preços de mercado dos ativos e passivos da Companhia.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value-at-Risk* (VaR), um dos métodos mais tradicionais na gestão deste risco, que consiste numa métrica estatística de avaliação que estima a perda potencial máxima que a carteira poderia sofrer, em um determinado período de tempo, com um determinado intervalo de confiança, se consideradas condições normais de mercado.

Análise de sensibilidade

A Companhia monitora, diariamente, o risco de mercado e sistêmico da sua carteira de investimentos, através do *Value-at-Risk* (VaR) com intervalos de confiança de 95% (noventa e cinco por cento) e 99% (noventa e nove por cento), nos modelos de simulação com dados históricos e paramétrico, no horizonte de tempo de 1 dia e 252 dias úteis.

Além disso, a Companhia realiza teste de estresse na variável de juros, maior componente da carteira de investimentos, assim como no câmbio, a ser visto no item 4) desta nota, risco cambial.

Segundo a análise do VaR, tais investimentos poderiam gerar pelo método histórico, com janela de observação de 252 dias úteis, *holding period* de um dia e com nível de confiança de 95%, uma perda de 0,52% do total de ativos da carteira em 31 de dezembro de 2022 (0,45% em 31 de dezembro de 2021), que equivale a R\$ 4.200. Com nível de confiança de 99%, observou-se uma perda de 0,78% do total de ativos da carteira em 31 de dezembro de 2022 (0,61% em 31 de dezembro de 2021), que equivale a R\$ 6.350.

Ao utilizar o método paramétrico, considerando o VaR com janela de observação de 252 dias úteis, *holding period* de um dia e nível de confiança de 95%, observou-se uma perda de 0,55% do total de ativos da carteira em 31 de dezembro de 2022 (0,41% em 31 de dezembro de 2021), que equivale a R\$ 4.490. Com nível de confiança de 99%, observou-se uma perda de 0,78% do total de ativos da carteira em 31 de dezembro de 2022 (0,57% em 31 de dezembro de 2021), que equivale a R\$ 6.340.

Além das avaliações do VaR, também são levadas em consideração na performance e alocação de ativos na carteira de investimento, cenário estressado da taxa de juros básica da economia, a SELIC e a taxa implícita dos títulos indexados à inflação. Para tanto, foram considerados os seguintes cenários base, provável e estressados (variação positiva e negativa de 25% e 50% da taxa SELIC, além de variação positiva e negativa de 100bps e 200bps da curva implícita dos títulos indexados à inflação):

- i. Cenário base: taxa de juros SELIC de 13,65% em 31 de dezembro de 2022;
- ii. Cenário provável: taxa de juros SELIC de 12,25% estimada para 31 de dezembro de 2023 pelo Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2022;
- iii. Cenário I: redução de 50,0%, em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 6,83%);
- iv. Cenário II: redução de 25,0%, em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 10,24%);
- v. Cenário III: aumento de 25% em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 17,06%); e
- vi. Cenário IV: aumento de 50% em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 20,48%).

31/12/2022		
Cenário	Choque	Impacto no resultado bruto de impostos
Provável	(10,03%)	1,17MM
I	(50%)	5,68MM
II	(25%)	2,84MM
III	25%	(2,84MM)
IV	50%	(5,68MM)

- i. Cenário base: Foi considerado o mesmo do cenário provável. É o cenário onde a curva da IPCA é igual a curva implícita dos títulos indexados à inflação;
- ii. Cenário I: redução de 200bps, em relação à taxa do cenário base;
- iii. Cenário II: redução de 100bps, em relação à taxa do cenário base;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

- iv. Cenário III: aumento de 100bps em relação à taxa do cenário base; e
- v. Cenário IV: aumento de 200bps em relação à taxa do cenário base.

31/12/2022		
Cenário	Choque	Impacto no resultado bruto dos impostos
I	(200 bps)	17,04MM
II	(100 bps)	8,52MM
III	100 bps	(8,52MM)
IV	200 bps	(17,04MM)

31/12/2021		
Cenário	Choque	Impacto no resultado bruto dos impostos
I	(200 bps)	20,51MM
II	(100 bps)	10,26MM
III	100 bps	(10,26MM)
IV	200 bps	(20,51MM)

2) Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

A Companhia entende que a principal origem do seu risco de crédito é exposição do resseguro para as operações da seguradora e a retrocessão para as operações da resseguradora. Com o objetivo de mitigar tal risco adotou-se análise de Rating de Crédito, determinado por agências classificadoras de riscos. Por ser parte complementar ao processo de subscrição, o rating é observado no processo de aceitação, precificação e alçadas. Adicionalmente, a Companhia monitora as exposições por ressegurador e retrocessionário, bem como acompanha e avalia as mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros, assim como do mercado financeiro.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros, componentes da carteira de investimentos além dos títulos públicos do governo federal, é limitado porque as contrapartes são representadas por emissores com elevado rating de crédito avaliado por agências classificadoras de riscos.

A tabela abaixo apresenta o total de exposição ao risco de crédito para as diversas categorias de ativos da Companhia. Além disso, apresenta o prazo dos ativos vencidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

31/12/2022								
Ativos vencidos								
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 360 dias	Superior a 360 dias	Valor contábil
Disponível	33.368	-	-	-	-	-	-	33.368
Disponíveis para negociação								
Privados	26.573	-	-	-	-	-	-	26.573
Públicos	203.800	-	-	-	-	-	-	203.800
Exterior	48.381	-	-	-	-	-	-	48.381
Disponíveis para venda								
Privados	28.182	-	-	-	-	-	-	28.182
Públicos	289.274	-	-	-	-	-	-	289.274
Exterior	182.111	-	-	-	-	-	-	182.111
Créditos das operações com resseguros (*)	765.544	16.857	7.465	15.358	6.518	10.399	25.167	847.308
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de resseguro	1.577.233	16.857	7.465	15.358	6.518	10.399	25.167	1.658.997

31/12/2021								
Ativos vencidos								
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 360 dias	Superior a 360 dias	Valor contábil
Disponível	19.786	-	-	-	-	-	-	19.786
Disponíveis para negociação								
Privados	50.011	-	-	-	-	-	-	50.011
Públicos	152.681	-	-	-	-	-	-	152.681
Exterior	3.189	-	-	-	-	-	-	3.189
Disponíveis para venda								
Privados	48.482	-	-	-	-	-	-	48.482
Públicos	287.972	-	-	-	-	-	-	287.972
Exterior	128.616	-	-	-	-	-	-	128.616
Créditos das operações com resseguros (*)	626.346	11.504	5.668	7.342	3.874	6.332	21.983	683.049
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de resseguro	1.317.083	11.504	5.668	7.342	3.874	6.332	21.983	1.373.786

*Os valores de créditos com operações com seguradoras e resseguradoras estão apresentados brutos da provisão para redução de valor recuperável.

As tabelas a seguir apresentam o risco de crédito nas operações de resseguro a que a Companhia está exposta considerando os ratings dos resseguradores com os quais a Companhia mantém operações, obtidos no site da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. O conceito de exposição leva em consideração as provisões de sinistros, prêmios não ganhos já repassados aos resseguradores e créditos a recuperar conforme orientação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Adicionalmente, conforme apresentado, a Companhia possui exposição a resseguradores com níveis mínimos de avaliação de risco de crédito: BBB+ e B++, conforme apurados pelas agências de risco Standard & Poor's e AM Best, respectivamente.

(i) Operações da Resseguradora

Standard & Poor's Co	Moody's Investor Services	Fitch Ratings	AM Best	31/12/2022		31/12/2021	
				Exposição (em R\$)	Exposição (em %)	Exposição (em R\$)	Exposição (em %)
AAA	Aaa	AAA	A++	4.526	0,5	5.876	1,0
AA+	Aa1	AA+	A+	396.440	40,0	69.067	11,2
AA	Aa2	AA	A+	9.165	0,9	937	0,2
AA-	Aa3	AA-	A	105.854	10,7	218.575	35,5
A+	A1	A+	A	229.975	23,2	154.758	25,1
A	A2	A	A-	68.771	6,9	120.306	19,5
A-	A3	A-	A-	31.643	3,2	37.019	6,0
BBB+	Baa1	BBB+	B++	144.515	14,6	9.407	1,5
Total				990.889	100,0	615.945	100,00

3) Risco de liquidez

Consiste na possibilidade da Companhia não ser capaz de cumprir suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

A Administração possui monitoramento diário da carteira, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente, quando necessário, a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

A Companhia tem por filosofia ser conservadora na alocação de seus ativos financeiros, entendidos como a soma de sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros e tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

Atualmente a Companhia possui 96,7% (90,75% em 31 de dezembro de 2021) da sua carteira composta por ativos e instrumentos com liquidez diária, representados por depósitos bancários, LFT, NTN-B e demais títulos que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. Adicionalmente, 0% (4,97% em 31 de dezembro de 2021) dos ativos financeiros são compostos por fundos de investimento com prazos de resgate de até 120 dias e 3,7% (4,28% em 31 de dezembro de 2021) da carteira é composta por um fundo de investimento com prazo de resgate acima de 120 dias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

31/12/2022**Ativos e passivos**

	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Disponível	33.368	-	33.368
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	271.840	6.914	278.754
Ativos financeiros disponíveis para venda	499.567	-	499.567
Crédito das operações de seguros e resseguros	825.908	12.100	838.008
Títulos e créditos a receber	26.557	52.944	79.501
Outros valores e bens	6.689	4.808	11.497
Total de ativos	1.663.929	76.766	1.740.695
Contas a pagar	16.884	-	16.884
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro e retrocessão)	782.911	58.003	840.914
Depósito de terceiros	42.565	-	42.565
Débito das operações de seguros e resseguros	503.111	12.292	515.403
Passivo de arrendamento	1.886	3.759	5.645
Outros débitos	-	-	-
Total de passivos	1.347.357	74.054	1.421.411

31/12/2021**Ativos e passivos**

	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Disponível	19.786	-	19.786
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	203.109	2.772	205.881
Ativos financeiros disponíveis para venda	465.070	-	465.070
Crédito das operações de seguros e resseguros	656.123	18.785	674.908
Títulos e créditos a receber	30.012	50.747	80.759
Outros valores e bens	3.413	5.396	8.809
Total de ativos	1.377.513	77.700	1.455.213
Contas a pagar	27.229	-	27.229
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro e retrocessão)	637.016	35.371	672.387
Depósito de terceiros	47.114	-	47.114
Débito das operações de seguros e resseguros	383.019	13.152	396.171
Outros débitos	1.457	4.744	6.201
Total de passivos	1.095.835	53.267	1.149.102

4) Risco Cambial

A Companhia opera carteira de investimentos em dólares norte-americanos. Consequentemente, qualquer movimentação das taxas de câmbio R\$/US\$ afetará sua demonstração de resultado e seu balanço patrimonial.

Análise de sensibilidade

Para a análise de sensibilidade das variações na taxa de câmbio R\$/US\$ na carteira de investimentos em moeda estrangeira foram considerados os seguintes cenários:

- i. Cenário base: taxa de câmbio PTAX de R\$/US\$ 5,21 em 31 de dezembro de 2022;
- ii. Cenário provável: taxa de câmbio de R\$/US\$ 5,00 estimada para 31 de dezembro de 2023 pelo Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2022;
- iii. Cenário I: redução de 50,0%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 2,61);
- iv. Cenário II: redução de 25,0%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 3,91);
- v. Cenário III: aumento de 25% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 6,52); e
- vi. Cenário IV: aumento de 50% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 7,83).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

31/12/2022		
Cenário	Oscilação da taxa de câmbio	Impacto no resultado bruto de impostos
Provável	0,6%	1,53MM
I	(50,0%)	(123,58MM)
II	(25,0%)	(61,79MM)
III	25,0%	61,79MM
IV	50,0%	123,58MM

31/12/2021		
Cenário	Oscilação da taxa de câmbio	Impacto no resultado bruto de impostos
Provável	0,5%	0,84MM
I	(50,0%)	(86,43MM)
II	(25,0%)	(43,22MM)
III	25,0%	43,22MM
IV	50,0%	86,43MM

5. Aplicações financeiras

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

31 de dezembro de 2022									
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil (mercado)	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:									
Letras financeiras do tesouro – LFT		26.573	52.269	75.806	124.106	278.754	279.388	35,8%	34,8%
Certificado de depósito no exterior	Selic 5,36%	-	3.888	75.806	124.106	203.800	204.434	26,2%	25,4%
Quotas de fundos de investimentos (i)		-	48.381	-	-	48.381	48.381	6,2%	6,0%
	-	26.573	-	-	-	26.573	26.573	3,4%	3,3%
II. Títulos disponíveis para venda:									
Notas do tesouro nacional - NTN-B		-	165.511	315.253	18.803	499.567	524.273	64,2%	65,2%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	IPCA	-	-	201.972	18.803	220.775	241.885	28,4%	30,1%
Debentures	PRÉ CDI+	-	20.186	48.313	-	68.499	70.860	8,8%	8,8%
Títulos públicos no exterior		-	3.955	24.227	-	28.182	28.062	3,6%	3,5%
Títulos privados no exterior	2,65% 4,25%	-	91.496	9.899	-	101.395	101.596	13,0%	12,6%
		-	49.874	30.842	-	80.716	81.870	10,4%	10,2%
Total		26.573	217.780	391.059	142.909	778.321	803.661	100,0%	100,0%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

31 de dezembro de 2021

	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil (mercado)	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:		50.011	3.189	128.537	24.414	205.881	205.870	30,7%	30,1%
Letras financeiras do tesouro – LFT	Selic	-	-	128.537	24.144	152.681	152.670	22,8%	22,3%
Certificado de depósito no exterior	-	-	3.189	-	-	3.189	3.189	0,5%	0,5%
Quotas de fundos de investimentos (i)	-	50.011	-	-	-	50.011	50.011	7,5%	7,3%
II. Títulos disponíveis para venda:		-	24.910	415.502	24.958	465.070	478.758	69,3%	69,9%
Notas do tesouro nacional – NTN-B	IPCA	-	-	198.990	19.467	218.457	232.456	32,6%	34,0%
Notas do tesouro nacional – NTN-F	-	-	-	69.515	-	69.515	70.777	10,4%	10,3%
Debêntures	CDI+	-	5.546	29.553	5.491	40.590	40.526	6,0%	5,9%
Letra financeira – LF	CDI%	-	7.892	-	-	7.892	7.893	1,2%	1,2%
Títulos públicos no exterior	0,02625	-	-	70.960	-	70.960	70.349	10,6%	10,3%
Títulos privados no exterior	5,50%	-	11.472	46.184	-	57.656	56.757	8,6%	8,3%
Total		50.011	28.099	543.739	49.102	670.951	684.628	100,0%	100,0%

(i) Os saldos das quotas de fundos de investimentos são compostos pelos seguintes tipos de fundos a saber: Fundo imobiliário R\$ 0 (R\$ 12.998 em 31 de dezembro de 2021), Fundo de crédito privado R\$ 19.628 (R\$ 16.962 em 31 de dezembro de 2021), Fundo de ações R\$ 0 (R\$ 14.004 em 31 de dezembro de 2021), Fundo de investimento em participações R\$ 6.913 (R\$ 8.020 em 31 de dezembro de 2021), Fundo multimercado R\$ 0 (R\$ 1.880 em 31 de dezembro de 2021), Fundo de renda fixa R\$ 0 (R\$ 705 em 31 de dezembro de 2021), e FIDIC R\$ 32 (R\$ 542 em 31 de dezembro de 2021).

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, informado pelos respectivos administradores.

O valor de mercado dos fundos listados em carteira foi obtido a partir do preço negociado na B3.

b) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, e seus respectivos métodos de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos de acordo com o CPC 46 – Mensurado a valor justo como segue:

- Nível 01: Preços cotados e não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, por exemplo: Ações listadas, Fundos de Investimentos listados, Títulos Públicos do Governo Federal Brasileiro emitidos no Brasil e no Exterior e Títulos corporativos de companhias brasileiras emitidos no Exterior; e

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

- Nível 02: Os Preços finais são obtidos observando-se outras informações, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços), por exemplo: Fundos de Investimentos não listados, Debêntures, Letras Financeiras e Certificados de Depósito Bancário.

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Nível 01	Nível 02	Total	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado:						
Fundos de investimento:						
Quotas de fundos de investimentos	-	26.573	26.573	-	38.238	38.238
Quotas de fundos imobiliários	-	-	-	11.773	-	11.773
Títulos de renda fixa - privados:						
Certificado de depósito no exterior	-	48.381	48.381	-	3.189	3.189
Títulos de renda fixa - públicos:						
Letras financeiras do tesouro - LFT	203.800	-	203.800	152.681	-	152.681
II. Títulos disponíveis para venda:						
Títulos de renda fixa - privados:						
Debêntures	-	28.182	28.182	-	40.590	40.590
Letra Financeira	-	-	-	-	7.892	7.892
Títulos privados no exterior	80.716	-	80.716	57.656	-	57.656
Títulos de renda fixa - públicos:						
Notas do tesouro nacional - NTN-B	220.775	-	220.775	218.457	-	218.457
Notas do tesouro nacional - NTN-F	68.499	-	68.499	69.515	-	69.515
Títulos públicos no exterior	101.395	-	101.395	70.960	-	70.960
Total	675.185	103.136	778.321	581.042	89.909	670.951

c) Movimentação das aplicações financeiras

As movimentações das aplicações financeiras estão demonstradas na tabela abaixo:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo final em 31 de dezembro 2020	295.490	240.088	535.578
(+) Aplicações	510.306	208.478	718.784
(-) Resgates	(608.547)	(81.925)	(690.472)
(+) Rendimentos	5.873	25.399	31.272
(+/-) Oscilação cambial	219	10.771	10.990
(+/-) Ajuste ao valor justo	(357)	(13.922)	(14.279)
(+) Incorporação Resseguros Especiais	2.897	76.585	79.482
(-) Provisão desvalorização título renda fixa	-	(404)	(404)
Saldo final em 31 de dezembro 2021	205.881	465.070	670.951
(+) Aplicações	626.652	93.150	719.802
(-) Resgates	(579.298)	(78.865)	(658.163)
(+) Rendimentos	29.999	18.165	48.164
(+/-) Oscilação Cambial	(3.352)	13.067	9.715
(+/-) Ajuste ao valor justo	(1.128)	(11.020)	(12.148)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	278.754	499.567	778.321

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

d) Derivativos

d.1) Exposição

		Exposição	Valor a receber
Descrição	Vencimento	31/12/2022	31/12/2022
Contratos futuros			
Compromisso de venda			
Taxa de câmbio – dólar futuro	01/02/2023	10.100	(20)
Taxa de câmbio – pesos mexicanos futuros	01/02/2023	9.902	81

		Exposição	Valor a pagar
Descrição	Vencimento	31/12/2021	31/12/2021
Contratos futuros			
Compromisso de venda			
Taxa de câmbio - dólar futuro	01/02/2022	24.714	510

d.2) Margens dadas em garantia

31/12/2022			
Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
NTN-B	15/08/2050	267	1064
Total		267	1064

Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT	01/03/2024	5	63
LFT	01/09/2025	29	365
LFT	01/09/2027	7	88
Total		41	516

31/12/2021			
Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT	01/03/2024	405	1.793
Total		405	1.793

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

6. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.993, de 24 de março de 2022, e o CNSP, através da Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, e suas respectivas alterações, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de prêmios não ganhos	646.288	451.703
Provisão de sinistros a liquidar	763.731	570.988
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	520.166	337.163
Provisão de despesas relacionadas	8	10
Provisão de excedentes técnicos	15.554	14.341
Total das provisões técnicas	1.945.747	1.374.205
Direitos creditórios	(405.235)	(284.444)
Custo de aquisição diferido redutores	(5.345)	(4.137)
Ativos de resseguro redutores de PDR	(2)	-
Ativos de retrocessão cedida redutores de IBNR	(284.577)	(157.009)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PSL	(451.544)	(303.717)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PPNG	(101.908)	(68.155)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PET	(6.039)	(3.160)
Total das exclusões	(1.254.650)	(820.622)
Total das provisões técnicas para cobertura	691.097	553.583
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas:		
Letras financeiras do tesouro – LFT	192.558	149.519
Notas do tesouro nacional – NTN-B	219.712	200.666
Notas do tesouro nacional – NTN-F	68.499	69.516
Quotas de fundos de investimentos	25.590	37.653
Quotas de fundo de investimento imobiliário	-	11.773
Títulos privados	28.181	48.885
Título público no exterior	101.395	70.959
Título privado no exterior	129.096	57.656
Total dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas	765.031	646.627
Ativos vinculados em excesso	73.934	93.044

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

7. Crédito das operações com resseguros

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prêmios a receber (a)	752.775	577.642
Recuperação de corretagem	212	191
Recuperação Prêmio Retrocessão	10.904	24.256
Recuperação de sinistro	72.421	66.938
Outros créditos a receber	1.696	5.881
Total	838.008	674.908
Total circulante	825.908	656.123
Total não circulante	12.100	18.785

a) Aging de prêmios a receber:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias	47.713	43.414
De 31 a 60 dias	52.564	33.958
De 61 a 120 dias	37.338	29.046
De 121 a 180 dias	437.190	288.394
De 181 a 360 dias	93.406	115.483
Superior a 360 dias	12.100	18.785
Total de prêmios a vencer	680.311	529.080
Prêmios vencidos		
De 1 a 30 dias	16.857	11.504
De 31 a 60 dias	7.465	5.668
De 61 a 120 dias	15.358	7.342
De 121 a 180 dias	6.518	3.874
De 181 a 360 dias	10.399	6.332
Superior a 360 dias	25.167	21.983
Total de prêmios vencidos	81.764	56.703
Provisão para perda de valor recuperável	(9.300)	(8.141)
Total de prêmios a receber	752.775	577.642

Movimentação dos prêmios a receber:	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	577.642	540.771
(+) Prêmios emitidos (*)	1.614.499	979.156
(+/-) Riscos vigentes não emitidos (*)	4.276	(1.269)
(-) Recebimentos	(1.442.483)	(942.544)
(+/-) Redução ao valor recuperável	(1.159)	406
(+) Incorporação Re Especiais – Prêmio	-	2.905
(-) Incorporação Re Especiais – RVR	-	(1.783)
Saldo final	752.775	577.642

(*) Valor inclui variação cambial e cancelamentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

8. Títulos e créditos a receber

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Títulos e créditos a receber	12.243	8.867
Ressarcimento a receber (a)	4.196	3.018
Participação nos lucros a receber	8.047	5.849
Créditos tributários e previdenciários (b)	66.770	71.625
Outros créditos	488	267
Total	79.501	80.759
Total circulante	26.557	30.012
Total não circulante	52.944	50.747

a) *Aging* de ressarcimentos e salvados a receber (efetivo e estimado) por grupo de ramo:

<u>Aging de permanência</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Patrimonial		
Superior a 365 dias	303	322
Transportes		
De 01 a 30 dias	5	-
Riscos financeiros		
De 1 a 30 dias	-	1.480
De 181 a 365 dias	1.500	-
Superior a 365 dias	32.118	32.118
Exterior		
De 181 a 365 dias	1.191	-
Redução ao valor recuperável	(30.618)	(30.618)
Total do aging	4.499	3.302
Ressarcimentos	4.196	3.018
Salvados (*)	303	317

<u>Expectativa de realização</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Patrimonial		
De 331 a 360 dias	303	322
Riscos financeiros		
De 1 a 30 dias	-	176
De 361 a 390 dias	33.618	33.422
Transportes		
De 331 a 360 dias	5	33
Exterior		
De 331 a 360 dias	1.191	-
Redução ao valor recuperável	(30.618)	(30.618)
Total do aging	4.499	3.335
Ressarcimentos	4.196	3.018
Salvados (*)	303	317

(*) Os montantes referentes a salvados encontram-se registrados na rubrica de outros valores e bens

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

b) Créditos tributários e previdenciários

Os créditos tributários de PIS e COFINS estão representados principalmente sobre o saldo de Provisão de sinistros a liquidar – PSL e Sinistros ocorridos, mas não avisados – IBNR que se dará mediante o pagamento do sinistro.

Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários pelos respectivos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição:

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos a compensar / recuperar (i)	1.144	1.144
Contribuições e impostos pagos a maior a recuperar (ii)	5.715	14.371
Crédito tributário Pis e cofins (iii)	9.967	8.346
IR e CS diferido (iv)	49.944	47.764
Total	66.770	71.625
Total Circulante	16.826	23.859
Total Não circulante	49.944	47.766

- (i) Refere-se a créditos tributários provenientes de IRRF retido no Exterior;
- (ii) Montantes a receber provenientes de PIS e COFINS e IR e CS pagos a maior;
- (iii) Os créditos tributários de PIS e COFINS possuem perspectiva de realização no curto prazo, principalmente os créditos calculados sobre o saldo de Provisão de sinistros a liquidar – PSL e Sinistros ocorridos, mas não avisados – IBNR que se dará mediante o pagamento do sinistro; e
- (iv) Refere-se a crédito tributário provenientes de tributos diferidos sobre diferenças temporárias e de base negativa.

Movimentação impostos diferidos

	31/12/2021	Adições	Baixas	Reconhecido no Resultado	Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	31/12/2022
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias	4.545	38.678	(30.744)	3.532	4.400	12.479
Ajuste a Valor de Mercado Negociação	(10.202)	15.500	(13.220)	2.279	-	(7.922)
Ajuste a Valor de Mercado Venda	5.656	8.182	(3.922)	(148)	4.408	9.916
Outras provisões	8.928	14.965	(13.569)	1.403	(8)	10.324
Adoção IFRS 16	163	31	(33)	(2)	-	161
Impostos diferidos sobre base negativa:	43.219	44.527	(50.281)	(5.754)	-	37.465
Prejuízo fiscal - IRPJ	26.866	27.682	(31.220)	(3.538)	-	23.328
Base negativa - CSLL	16.353	16.845	(19.061)	(2.216)	-	14.137
Total	47.764	83.205	(81.025)	(2.222)	4.400	49.944

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	31/12/2020	Adições	Baixas	Incorporação Re Especiais	Reconhecido no Resultado	Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	31/12/2021
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias	(8.403)	35.625	(24.317)	1.640	5.740	5.568	4.545
Ajuste a Valor de Mercado Negociação	(10.034)	12.085	(12.253)	-	(168)	-	(10.202)
Ajuste a Valor de Mercado Venda	(1.552)	9.664	(4.096)	1.640	-	5.568	5.656
Outras provisões	3.183	13.130	(7.385)	-	5.745	-	8.928
Adoção IFRS 16	-	746	(583)	-	163	-	163
Impostos diferidos sobre base negativa:	47.268	1.598	(5.647)	-	(4.049)	-	43.219
Prejuízo fiscal – IRPJ	29.442	988	(3.564)	-	(2.576)	-	26.866
Base negativa – CSLL	17.826	610	(2.083)	-	(1.473)	-	16.353
Total	38.865	37.223	(29.964)	1.640	1.691	5.568	47.764

c) Estimativas de realização dos créditos tributários

As estimativas de realização e o valor presente dos Créditos Tributários existentes em 31 de dezembro de 2022, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros da Companhia, com base em estudos e projeções da administração, são os seguintes:

Ano	IR	%	CSLL	%
2023	5.088	22%	3.053	22%
2024	5.666	24%	3.399	24%
2025	6.760	29%	4.056	29%
2026	5.814	25%	3.629	25%
Totais	23.328		14.137	

9. Custos de aquisição diferidos

A Companhia apresentava um saldo de custos de aquisição diferido conforme tabela abaixo:

Grupos / Ramos	31/12/2022	31/12/2021
Patrimonial	6.468	4.911
Riscos Especiais	24	68
Responsabilidades	786	608
Transportes	1.498	1.774
Riscos Financeiros	903	790
Pessoas Coletivo	583	285
Rural	71	9
Marítimos	567	414
Aeronáuticos	4.900	3.205
Aceitações do exterior	7.170	5.976
Outros	1.198	997
Total	24.168	19.037
Total circulante	21.474	17.184
Total não circulante	2.694	1.853

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

A Companhia apresentava movimentação consolidada de custos de aquisição diferido conforme tabela abaixo:

	31/12/2021	Constituição	Diferimento/ cancelamento	31/12/2022
Patrimonial	4.911	3.216	(1.659)	6.468
Riscos Especiais	68	-	(44)	24
Responsabilidades	608	268	(90)	786
Transportes	1.774	1.239	(1.515)	1.498
Riscos Financeiros	790	349	(236)	903
Pessoas Coletivo	285	680	(382)	583
Rural	9	67	(5)	71
Marítimos	414	581	(428)	567
Aeronáuticos	3.205	3.428	(1.733)	4.900
Aceitações do exterior	5.976	4.087	(2.893)	7.170
Outros	997	1.164	(963)	1.198
Total	19.037	15.079	(9.948)	24.168

	31/12/2020	Incorporação Re Especiais	Constituição	Diferimento/ cancelamento	31/12/2021
Patrimonial	2.963	-	3.291	(1.343)	4.911
Riscos Especiais	8	-	72	(12)	68
Responsabilidades	374	-	262	(28)	608
Transportes	1.874	-	1.226	(1.326)	1.774
Riscos Financeiros	839	1	104	(154)	790
Pessoas Coletivo	350	-	269	(334)	285
Rural	33	-	2	(26)	9
Marítimos	672	-	218	(476)	414
Aeronáuticos	1.875	-	2.592	(1.262)	3.205
Aceitações do exterior	4.596	-	4.613	(3.233)	5.976
Outros	945	-	734	(682)	997
Total	14.529	1	13.383	(8.876)	19.037

10. Intangível

	Taxa anual de amortização	31/12/2021	Aquisições	Amortização	31/12/2022
Direito de uso software terceiros	20%	1.854	1.364	(1.432)	1.786
Outros intangíveis (i)		13.913	-	-	13.913
Total		15.767	1.364	(1.432)	15.699

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	Taxa anual de amortização	31/12/2020	Aquisições	Amortização	31/12/2021
Direito de uso software terceiros	20%	1.349	1.153	(648)	1.854
Outros intangíveis (i)	-	13.913	-	-	13.913
Total		15.262	1.153	(648)	15.767

(i) refere-se ao ágio (*goodwill*) gerado na aquisição da Terra Brasis Resseguros.

11. Débitos das operações com resseguros – Operações com resseguradoras

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios de retrocessão cedida	608.530	460.723
Comissão	(148.689)	(129.588)
Sinistros	33.096	33.077
Redução ao valor recuperável	(31.915)	(31.316)
Outros	9.705	12.050
Total	470.727	344.946
Total circulante	458.679	331.966
Total não circulante	12.048	12.980

12. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios de resseguros e prêmios de retrocessão aceita, cujos contratos ainda não foram identificados, sendo classificados no passivo circulante. O *aging* de depósitos de terceiros está distribuído da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Aging de depósitos de terceiros:		
De 1 a 30 dias	22.290	41.657
De 31 a 60 dias	1.977	508
De 61 a 120 dias	4.294	556
De 121 a 180 dias	5.598	377
De 181 a 360 dias	4.460	1.653
Superior a 360 dias	3.946	2.363
Total	42.565	47.114

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

13. Provisões técnicas

a) Saldo

Os saldos das provisões técnicas estão apresentados a seguir:

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Bruto	Cedido	Retido	Bruto	Cedido	Retido
Provisões de sinistro, administrativas e de prêmios						
Provisão de sinistros a liquidar	763.731	(451.544)	312.187	570.988	(303.717)	267.271
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	520.166	(287.484)	232.682	337.163	(157.010)	180.153
Provisão de despesas relacionadas	8	(2)	6	10	-	10
Provisão total de sinistros	1.283.905	(739.030)	544.875	908.161	(460.727)	447.434
Provisões de Prêmios						
Provisão de prêmios não ganhos	646.288	(359.765)	286.523	451.703	(237.931)	213.772
Provisão de excedente técnico	15.554	(6.038)	9.516	14.341	(3.160)	11.181
Provisão total de prêmios	661.842	(365.803)	296.039	466.044	(241.091)	224.953
Total	1.945.747	(1.104.833)	840.914	1.374.205	(701.818)	672.387
Total circulante	1.817.301	(1.034.390)	782.911	1.285.217	(648.201)	637.016
Total não circulante	128.446	(70.443)	58.003	88.988	(53.617)	35.371

b) Movimentação

As movimentações das provisões técnicas estão demonstradas na tabela a seguir:

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Bruto	Cedido	Retido	Bruto	Cedido	Retido
Desenvolvimento da provisão de PSL						
Em 1º de janeiro	570.988	(303.717)	267.271	540.583	(291.535)	249.048
Incorporação Re Especiais	-	-	-	25.916	(25.916)	-
Sinistros ocorridos	1.168.672	(401.937)	766.735	628.518	(222.596)	405.922
Sinistros pagos	(959.899)	240.320	(719.579)	(634.708)	250.230	(384.478)
Variação cambial	(16.043)	13.790	(2.253)	10.681	(13.900)	(3.219)
Atualização monetária	13	-	13	(2)	-	(2)
No final do exercício	763.731	(451.544)	312.187	570.988	(303.717)	267.271
Desenvolvimento da provisão de IBNR						
Em 1º de janeiro	337.164	(157.009)	180.155	274.869	(115.558)	159.311
Incorporação Re Especiais	-	-	-	12.180	(12.180)	-
Variação do IBNR	183.002	(130.475)	52.527	50.114	(29.272)	20.842
No final do exercício	520.166	(287.484)	232.682	337.163	(157.010)	180.153

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2022			31 de dezembro de 2021		
	Bruto	Cedido	Retido	Bruto	Cedido	Retido
Desenvolvimento da provisão de PDR						
Em 1º de janeiro	10	-	10	2	-	2
Incorporação Re Especiais	-	-	-	8	(8)	-
Variação do PDR	(2)	(2)	(4)	-	8	8
No final do exercício	8	(2)	6	10	-	10
Desenvolvimento das provisões de prêmios – PPNG						
Em 1º de janeiro	451.703	(237.931)	213.772	371.126	(195.570)	175.556
Incorporação Re Especiais	-	-	-	23	(23)	-
Prêmios emitidos	1.659.160	(626.384)	1.032.776	948.714	(402.914)	545.800
Prêmio ganho	(1.455.758)	502.909	(952.849)	(870.854)	362.395	(508.459)
Variação cambial	(8.817)	1.641	(7.176)	2.694	(1.819)	875
No final do exercício	646.288	(359.765)	286.523	451.703	(237.931)	213.772
Desenvolvimento das provisões de prêmios – PET						
Em 1º de janeiro	14.341	(3.160)	11.181	8.955	(2.060)	6.895
Incorporação Re Especiais	-	-	-	-	-	-
Variação do Excedente Técnico	1.213	(2.878)	(1.665)	4.648	(1.687)	2.961
No final do exercício	15.554	(6.038)	9.516	13.603	(3.747)	9.856

14. Desenvolvimento de sinistros

Devido às particularidades das operações de resseguro, a Companhia não possui informações detalhadas de cada sinistro oriundo de contratos automáticos com a evolução individualizada do seu valor no tempo. Assim, esse montante de sinistro varia à medida que as informações mais atualizadas são obtidas através das prestações de contas enviadas pelas cedentes sobre os contratos subscritos.

A seguir apresentaremos o desenvolvimento dos sinistros avisados à Companhia por ano de subscrição, os pagamentos de sinistros e a atualização de sinistros judiciais de cada ano. Nessa análise, os contratos subscritos em moeda estrangeira foram convertidos pela taxa de câmbio informada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, na data base de 31 de dezembro de 2022.

Desenvolvimentos dos sinistros avisados de resseguro:

Ano de aviso	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano de subscrição	13.956	106.932	111.755	185.354	799.755	1.217.752
Um ano após o ano de subscrição	277.971	389.078	191.139	256.670	-	1.114.858
Dois anos após o ano de subscrição	184.000	207.744	204.509	-	-	596.253
Três anos após o ano de subscrição	59.661	133.277	-	-	-	192.938
Quatro anos após o ano de subscrição	36.407	-	-	-	-	36.407
Cinco anos após o ano de subscrição	-	-	-	-	-	-
Total	571.995	837.031	507.403	442.024	799.755	3.158.208

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Ano	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Juros judicial	-	-	-	-	-	-
Ano	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Pagamentos	526.354	749.984	385.995	314.472	607.528	2.584.333
Posição em 31/12/2022						573.875
Passivo em relação a anos anteriores a 2018						191.577
Expectativa de salvados/ressarcimento						(1.721)
Posição ajustada PSL						763.731

Ano de aviso	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano de subscrição	179.809	221.066	57.376	191.642	139.235	219.286	1.008.414
Um ano após o ano de subscrição	177.672	285.810	407.092	481.081	298.468	-	1.650.123
Dois anos após o ano de subscrição	54.566	148.478	123.693	132.452	-	-	459.189
Três anos após o ano de subscrição	4.111	(3.800)	6.997	-	-	-	7.308
Quatro anos após o ano de subscrição	(6.634)	681	-	-	-	-	(5.953)
Cinco anos após o ano de subscrição	3.167	-	-	-	-	-	3.167
Total	412.691	652.235	595.158	805.175	437.703	219.286	3.122.248

Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Juros judicial	-	-	-	-	-	-	-
Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Pagamentos	386.512	609.366	533.584	686.665	284.521	175.312	2.675.960
Posição em 31/12/2021							446.288
Passivo em relação a anos anteriores a 2016							131.925
Expectativa de salvados/ressarcimento							(7.225)
Posição ajustada PSL							570.988

15. Provisões judiciais

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía nenhuma ação judicial que seja ré, de natureza trabalhista ou tributária. As ações judiciais de natureza cível são provisionadas na rubrica de provisão de sinistro a liquidar judicial. A movimentação dos valores provisionados está demonstrada na tabela abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	44	36
Adições	21	8
Total	65	44

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 6 ações de natureza cível com probabilidade de perda remota (11 em 31 de dezembro de 2021). Os valores em risco dessas causas somam R\$ 7.082 (R\$ 534 em 31 de dezembro de 2021).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

16. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 338.669, dividido em 313.597.651 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída ao final do exercício por valor correspondente a 5% do lucro auferido pela Companhia, após absorção dos prejuízos acumulados, sendo o restante destinado para reserva de retenção de lucros.

c) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, com a aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, após a constituição da reserva legal, foi procedida a distribuição de dividendos aos acionistas, e juros sobre capital próprio, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	39.472	22.235
Compensação de prejuízos acumulados	-	(217)
Incorporação Re Especiais	-	532
Lucro líquido do exercício ajustado	39.472	22.550
Destinação para reserva legal	(1.974)	(1.128)
Base de cálculo	37.498	21.422
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	9.375	5.355
Valor dos juros sobre capital próprio creditado (*)	(17.000)	(15.300)
Excedente de juros sobre o capital próprio e dividendos distribuído	7.625	9.945
Constituição de Reserva de Lucro Estatutária	20.498	6.122

* De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia creditou juros sobre o capital próprio dentro dos limites fiscais nos montantes de R\$ 17.000 e R\$ 15.300 (bruto de imposto de renda retido na fonte), respectivamente, e nos montantes de R\$ 14.450 e R\$ 13.005 (líquido de imposto de renda retido na fonte), respectivamente, a favor de seus acionistas. Os juros sobre capital próprio são contabilizados como despesa financeira e para efeito das demonstrações financeiras são demonstrados no patrimônio líquido como distribuição de lucros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

d) Detalhamento do patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido	360.688	341.974
Ajustes contábeis	(53.303)	(59.257)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	10.885	7.645
Patrimônio líquido ajustado – PLA	318.270	290.362
Capital base - CB (a)	60.000	60.000
Capital adicional de risco de subscrição	162.830	77.650
Capital adicional de risco operacional	12.971	5.927
Capital adicional de risco de crédito	56.136	36.737
Capital adicional de risco de mercado	12.923	14.704
Benefício da diversificação	(30.923)	(22.842)
Capital de risco - CR (b)	213.937	112.176
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	213.937	112.176
Patrimônio líquido ajustado	318.270	290.362
(-) Exigência de capital – EC	213.937	112.176
Suficiência de capital - R\$	104.333	178.186
Suficiência de capital (% PLA / CMR)	149%	259%

O capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior valor entre capital base e o capital de risco.

17. Incentivo baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de outubro de 2013, foi aprovado o primeiro plano de opção de compra de ações da Austral Participações S.A. (“Austral Participações”), controladora da Companhia.

O primeiro plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas foram definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Em reuniões do comitê de gestão realizadas em 01 e 02 de outubro de 2013, foram aprovados o primeiro e segundo programas de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.500.000 opções.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Em reunião do comitê de gestão realizada em 19 de dezembro de 2014, foi aprovado o terceiro programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.832.137 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o quarto programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 76.616 opções.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Companhia.

O segundo plano estabeleceu condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas foram definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o primeiro programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 1.884.307 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 5 de setembro de 2016, foi aprovado o segundo programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 75.748 opções.

A Austral Participações S.A. concede a cada beneficiário uma opção de venda às ações que forem adquiridas em função do exercício da opção de compra pelo participante, assim como possui uma opção de recompra de tais ações. O prazo e preço de exercício de tais opções foram estabelecidos em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os participantes.

Caso o beneficiário tenha seu contrato de trabalho rescindido voluntariamente ou involuntariamente, sem justa causa, as opções que ainda não tenham sido passíveis de exercício são automaticamente extintas, sem qualquer direito a indenização ou compensação, e as opções passíveis de exercício poderão ser exercidas em um determinado prazo, conforme disposto em cada contrato individual.

Na hipótese do contrato de trabalho do beneficiário ser rescindido por justa causa, todas as opções que possam ser exercidas, e aquelas que não possam ainda ser exercidas são automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de março de 2022, foi aprovado o terceiro plano de opção de compra de ações Austral Participações S.A. ("Austral Participações"), controladora da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

O terceiro plano estabeleceu os termos e condições gerais de outorga de opções de compra de ações ordinárias e/ou preferenciais (caso existam no momento da entrega de cada ação) de emissão da Austral Participações aos administradores, colaboradores e/ou pessoas naturais que prestem serviços à Austral Participações, e outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela da Austral Participações e/ou às demais sociedades do grupo econômico, sendo certo que, segundo as diretrizes e condições estabelecidas no referido plano, este será liquidado em ações da Austral Participações, caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento do preço de exercício a ser efetuado pelo beneficiário.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2022, foi aprovada a outorga de 21.538.172 opções de compra de ações no âmbito do terceiro plano. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os beneficiários em 01 de abril de 2022.

As 26.168.969 opções em aberto representam uma diluição de até 8,2% sobre um total de 291.233.306 ações da Austral Participações.

O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores da Companhia, que fizeram jus às opções da Austral Participações está registrado no patrimônio líquido da Companhia como reserva de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 4.934 (R\$ 2.072 em 31 de dezembro de 2021).

18. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos, receitas e despesas resultantes de transações com partes relacionadas referem-se a:

Ativo			
	Classificação	31/12/2022	31/12/2021
Austral Seguradora S.A.(a)	Outras partes relacionadas	44.582	51.627
Total		44.582	51.627

Passivo			
	Classificação	31/12/2022	31/12/2021
Austral Participações S.A.(d)	Controladora	-	11.900
Austral Seguradora S.A.(a)	Outras partes relacionadas	20.582	30.891
Vinci Gestora de Recursos (b)	Outras partes relacionadas	55	47
Total		20.637	42.838

Receitas			
	Classificação	31/12/2022	31/12/2021
Austral Seguradora S.A.(a)	Outras partes relacionadas	44.475	55.662
Total		44.475	55.662

Notas explicativas às demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Despesas		
	Classificação	31/12/2022	31/12/2021
Austral Seguradora S.A. (a)	Outras partes relacionadas	(3.503)	(735)
Vinci Gestora de Recursos (b)	Outras partes relacionadas	(608)	(320)
Administradores (c)	Pessoal chave	(1.904)	(1.415)
Total		(6.015)	(2.470)

(a) São prêmios e recuperação de sinistros referentes a contratos de resseguros.;

(b) São operações que envolvem pagamento de taxa de administração da carteira de investimento para a Austral Resseguradora S.A.;

(c) Valor referente aos benefícios pagos e a pagar aos administradores (diretoria estatutária); e

(d) Valores referentes a JCP a pagar.

19. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão reconciliados, como se segue:

	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Resultado antes dos impostos e participações sobre o lucro (*)	54.517	54.517	30.772	30.772
Alíquota nominal (**)	25%	15%	25%	20%
Impostos à alíquota nominal	(13.629)	(8.723)	(7.693)	(6.154)
Adições e exclusões temporárias:				
Variação cambial	(4.233)	(4.233)	10.573	10.573
Ajuste TVM	5.698	5.698	(417)	(417)
Participação nos lucros	1.979	1.979	4.761	4.131
Outras	5.755	5.755	(321)	(321)
	9.199	9.199	14.596	13.966
Adições e exclusões definitivas:				
Despesas indedutíveis	(16.558)	(16.558)	(10.997)	(11.981)
IRPJ e CSSL correntes	(7.782)	(5.039)	(5.753)	(4.475)
IRPJ e CSSL diferidos	(1.217)	(1.007)	1.071	620
Total Despesa IRPJ e CSLL	(8.999)	(6.046)	(4.682)	(3.855)
Alíquota efetiva	(16,5%)	(11,1%)	(15,2%)	(12,5%)

(*) No Resultado antes dos impostos está sendo somado o montante referente a participações sobre o lucro que em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 6.821 (R\$ 5.987 em 31 de dezembro de 2021)

(**) Em 1º de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 (MP 1.034/21) que majorou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido das pessoas jurídicas de seguros privados de 15% para 20%, a partir de julho de 2021. A referida MP foi convertida na Lei nº 14.183/21, publicada em 15 de julho de 2021, que manteve a alíquota elevada até 31 de dezembro de 2021, retornando ao seu patamar anterior de 15% a partir de 1º de janeiro de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

20. Resultado por ação – básico e diluído

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido dos exercícios aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado líquido do exercício	39.472	22.235
Média ponderada das ações	<u>313.598</u>	<u>313.598</u>
Resultado por lote de mil ação em R\$ - Básico e Diluído	0,1258	0,0709

O resultado por ação básico é calculado a partir da divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano.

O resultado por ação diluído é calculado a partir da divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações pela média ponderada ajustada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano, excluindo-se a média ponderada das ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía fatores diluidores.

21. Grupos de ramos de atuação

Os grupos de ramos em que a Companhia opera e seus indicadores de desempenho em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são:

<u>Grupos de atuação</u>	<u>Prêmios Ganhos</u>		<u>Índice de Sinistralidade (%) (a)</u>		<u>Índice de Comercialização (%) (b)</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Patrimonial	292.258	195.825	126,85	116,0	3,28	3,5
Riscos Especiais	504	339	11,63	(80,2)	9,13	8,9
Responsabilidades	78.586	50.368	73,49	40,7	0,59	0,8
Automóvel	566.101	207.102	99,09	97,9	0,12	0,1
Transportes	82.136	89.861	117,52	60,6	4,15	3,4
Riscos Financeiros	59.040	43.629	6,87	(21,6)	0,81	0,7
Pessoas Coletivo	15.793	15.285	60,61	315,0	5,23	4,8
Habitacional	6.004	1.705	48,60	28,4	4,79	4,2
Rural	(63)	(6.133)	(16.333,70)	(119,4)	(13,11)	(1,4)
Outros	536	3.174	75,24	(66,4)	6,92	1,1
Pessoas Individual	17.945	12.434	74,68	54,9	1,02	0,0
Marítimos	19.201	16.389	41,12	(124,5)	6,41	6,2
Aeronáuticos	78.823	54.538	60,96	60,5	9,54	9,0
Petróleo	31.566	22.393	84,78	15,0	3,98	4,8
Saúde	7.021	5.292	152,29	117,6	3,56	5,9
Aceitações do Exterior	199.093	167.231	64,96	55,7	5,28	5,5
Total	1.454.544	879.432	92,77	76,3	2,53	3,2

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Grupos de atuação	Prêmio Ganho Retido		Índice de Sinistralidade Retida (%) (a)	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Patrimonial	89.261	61.166	54,7	94,3
Riscos Especiais	421	318	12,8	(35,7)
Responsabilidades	13.133	15.343	73,1	48,8
Automóvel	565.843	206.667	99,0	98,0
Transportes	29.962	26.019	81,0	87,7
Riscos Financeiros	15.186	8.225	5,0	(39,3)
Pessoas Coletivo	9.029	7.146	90,6	347,6
Habitacional	4.118	1.273	44,4	26,2
Rural	800	(1.604)	633,6	(408,7)
Outros	527	3.503	16,5	(67,9)
Pessoas Individual	11.884	7.595	72,2	53,0
Marítimos	8.640	6.815	45,3	30,6
Aeronáuticos	37.655	26.471	53,1	58,4
Petróleo	10.544	7.354	129,8	1,2
Saúde	7.022	5.294	148,5	110,0
Aceitações do Exterior	150.491	134.438	68,6	59,8
Total	954.516	516.023	85,8	82,2

(a) Índice de Sinistralidade = {indenizações avisadas + despesas com sinistros + variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)} / prêmio ganho.

(b) Índice de Comercialização = custo de aquisição / prêmio ganho.

A composição de prêmios de resseguros e retrocessão aceita (prêmio emitido líquido) antes e depois dos prêmios cedidos em retrocessão está demonstrada abaixo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	Prêmio Emitido Líquido		Prêmio Cedido Retrocessão		Prêmio Líquido (-) Retrocessão = Prêmio Retido		Percentual de Retenção		Percentual Retrocedido	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Patrimonial	336.553	222.480	(223.959)	(152.278)	112.594	70.202	33,5	31,6	66,5	68,5
Riscos Especiais	54	979	(39)	(102)	15	877	27,8	89,6	72,2	10,4
Responsabilidades	137.024	66.095	(115.280)	(49.498)	21.744	16.597	15,9	25,1	84,1	74,9
Automóvel	566.270	194.740	(22)	(70)	566.248	194.670	100,0	100,0	0,0	0,0
Transportes	89.629	91.228	(61.927)	(64.032)	27.702	27.196	30,9	29,8	69,1	70,2
Riscos Financeiros	68.552	37.996	(56.160)	(36.225)	12.392	1.771	18,1	4,7	81,9	95,3
Pessoas coletivo	23.505	14.688	(9.272)	(7.994)	14.233	6.694	60,6	45,6	39,5	54,4
Habitacional	6.941	1.686	(2.169)	(418)	4.772	1.268	68,8	75,2	31,3	24,8
Rural	(687)	(15.469)	1.401	10.285	714	(5.184)	(103,9)	33,5	203,9	66,5
Outros	509	2.724	(74)	340	435	3.064	85,5	112,5	14,5	(12,5)
Pessoas Individual	22.868	12.703	(7.507)	(4.972)	15.361	7.731	67,2	60,9	32,8	39,1
Marítimo	19.956	16.327	(9.215)	(10.580)	10.741	5.747	53,8	35,2	46,2	64,8
Aeronáuticos	111.767	63.085	(65.836)	(30.647)	45.931	32.438	41,1	51,4	58,9	48,6
Petróleo	36.024	29.541	(22.197)	(18.763)	13.828	10.778	38,4	36,5	61,6	63,5
Saúde	5.989	4.305	-	-	5.989	4.305	100,0	100,0	0,0	-
Aceitações do Exterior	234.205	205.606	(54.128)	(37.961)	180.077	167.645	76,9	81,5	23,1	18,5
Total	1.659.159	948.714	(626.384)	(402.915)	1.032.776	545.799	62,3	57,5	37,8	42,5

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Prêmio de retrocessão cedida por classe de Companhia:

	31/12/2022	31/12/2021
Resseguradora local	15.164	4.248
Resseguradora admitida	375.131	276.522
Resseguradora eventual	236.089	122.145
Total	626.384	402.915

Prêmio de resseguro e retrocessão aceita por classe:

Seguradora	1.633.305	938.738
Resseguradora local	1.786	(21.168)
Resseguradora admitida	390	2.767
Resseguradora eventual	23.679	28.377
Total	1.659.160	948.714

22. Detalhamento de contas de resultado

a) Prêmios de resseguro

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmio de resseguros	1.628.096	939.527
Prêmio risco vigente não emitido	5.209	(1.467)
Retrocessões aceitas	25.854	10.654
Variações das provisões técnicas	(204.615)	(69.282)
Total	1.454.544	879.432

b) Sinistros ocorridos

	31/12/2022	31/12/2021
Indenizações avisadas	(1.169.428)	(627.400)
Despesa com sinistro	(768)	(1.118)
Salvados e Ressarcimentos	3.759	7.404
Variações de sinistros ocorridos e não avisados	(183.003)	(50.115)
Redução ao valor recuperável ressarcimento	-	1.500
Total	(1.349.440)	(669.729)

c) Custos de aquisição

	31/12/2022	31/12/2021
Comissões	(42.343)	(32.551)
Variações de despesas de comercialização diferidas	5.581	4.208
Total	(36.762)	(28.343)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

d) Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Outras receitas de resseguro	1.398	462
Tarifa bancária	(4)	(123)
Despesas de administração de contratos	(2.878)	(2.912)
Participação nos lucros de resseguro aceito	(14.383)	(7.537)
Participação nos lucros de retrocessão aceita	(74)	(3)
Outras despesas de resseguro	(1.794)	(4.312)
Redução ao valor recuperável - Prêmios	(1.159)	406
Redução ao valor recuperável - Corretagem	245	(36)
Total	(18.649)	(14.055)

e) Resultado com retrocessão

	31/12/2022	31/12/2021
Sinistros ocorridos e não avisados	130.475	29.271
Despesa com sinistro	293	229
Recuperação de indenização	401.646	222.358
Redução ao valor recuperável - Recuperação de indenização	(862)	257
Salvados e ressarcimentos	(1.606)	(4.892)
Redução ao valor recuperável ressarcimento cedido	-	(1.492)
Redução ao valor recuperável - Prêmio cedido	599	(468)
Outros créditos	4.050	1.213
Prêmio de retrocessão cedido	(626.384)	(402.915)
Receita com participação nos lucros	8.279	5.511
Variações de prêmio retrocessão cedido	126.354	39.506
Outras despesas	(339)	(317)
Total	42.505	(111.739)

f) Despesas administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal próprio e encargos sociais	(22.036)	(20.250)
Incentivo baseado em ações	(2.862)	-
Localização e funcionamento	(3.178)	(1.903)
Serviços de terceiros	(25.798)	(15.810)
Depreciação e amortização	(3.477)	(2.001)
Publicidade e propaganda	(474)	(373)
Donativos e contribuições	(434)	(206)
Outros	(662)	(1.139)
Total	(58.921)	(41.682)

g) Despesa com tributo

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com COFINS	(13.158)	(8.914)
Despesas com PIS	(2.504)	(1.778)
Taxa de fiscalização	(2.636)	(2.203)
Outras	(5.340)	(1.737)
Total	(23.638)	(14.632)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

h) Resultado financeiro	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		
Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	26.580	20.218
Títulos disponíveis para venda	95.621	64.704
Operações com derivativos	21.984	7.580
Operações de resseguros	240.150	118.984
Valorização cambial do disponível	7.768	5.060
Outras receitas	913	824
Total Receitas	393.036	217.370
Despesas		
Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	(1.061)	(14.483)
Títulos disponíveis para venda	(64.389)	(28.534)
Provisão Desvalorização Títulos Renda Fixa (Debênture)	404	(19)
Operações com derivativos	(25.549)	(8.496)
Operações de resseguros	(238.787)	(122.647)
Desvalorização cambial do disponível	(10.248)	(5.138)
Juros sobre capital próprio	(17.000)	(15.300)
Outras despesas	(1.717)	(546)
Total Despesas	(358.347)	(195.163)
Total	34.689	22.207
i) Resultado patrimonial	31/12/2022	31/12/2021
Juros sobre capital próprio	17.000	15.300
Total resultado patrimonial	17.000	15.300

23. Responsáveis

Conselheiros

Bruno Augusto Sacchi Zaremba
Gabriel Felzenszwalb
Rodolfo Riechert

Diretor-presidente

Bruno de Abreu Freire

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

Diretoria

Rodolfo Arashiro Rodriguez
Arthur Farne d'Amoed Neto

Controller

Mauro Reis D Almeida

Contadora:

Ana Schaefer
CRC RJ -113827/O-0

Atuária

Brenda Fucci Cantisano
MIBA nº 2904